

- Lobo Xavier, Nogueira Leite e João Duque defendem dedução fiscal de imparidades.** Governo avança em Maio com o reconhecimento fiscal das imparidades dos bancos. As novas imparidades específicas serão aceites como custo fiscal a 100% e as imparidades genéricas a 75%. Mas só para as que forem constituídas a partir de 2018. Economistas e banca aplaudem. (...) Em declarações ao Jornal Económico **António Lobo Xavier** explica que, “em regra”, defende que “a fiscalidade se deve aproximar da contabilidade. Salvo em casos limite ou de abuso”. “Se um certo decaimento – imparidade, custo, etc – afectar o resultado contabilístico, então deve afectar também o resultado fiscal”, defende o fiscalista. “No passado, o IRC aceitava a dedução fiscal das provisões impostas pelo Banco de Portugal, mas depois a lei foi impondo sucessivos limites, e, no caso dos bancos, a fiscalidade foi-se afastando muito da contabilidade. (...) **João Duque**, economista e professor do ISEG, defende também esta medida. “Quanto mais depressa as contas dos bancos reflectirem a realidade melhor. Por outro lado é sempre preferível que a tributação fiscal acompanhe a geração e resultados pois é mais justo para as empresas e para os acionista. Por isso, as medidas propostas apenas vejo uma desvantagem que é o diferimento de 25% das imparidades genéricas estimadas através de modelos. A dúvida é se a banca tem estofos para as realizar de uma vez só e imediatamente”. (...) **António Nogueira Leite** também concorda com a medida. Diz que “os custos considerados para efeitos fiscais devem ser o mais possível próximos dos custos económicos”. O economista acrescenta que “o peso do passado nos bancos é um entrave sério à manutenção de rácios apropriados de capitalização e à sua rentabilidade. (pág. 24)
- Opinião. **Luís Parreirão**, gestor. Família & Companhia. **Inovação.** Foi publicado recentemente um interessante artigo na Harvard Business Review, no qual os seus autores, Nadine Kammerlander e Mark Van Essen, abordam o tema da inovação no âmbito das empresas familiares. (...) Segundo dados disponibilizados pela União Europeia, Portugal tinha, em 2010, oito empresas colocadas nas 1.000 que mais investiam em inovação, totalizando cerca de 400 milhões de euros. Em 2015, já só

estavam cinco empresas portuguesas e, mais preocupante, investem agora cerca de 140 milhões de euros. Quanto a empresas familiares, só resta a BIAL. (pág. 25)

Diário de Notícias

- 3. Dona do Pingo Doce investe 101 milhões.** Aposta forte é na Polónia. Quase metade do investimento foi na Biedronka. Grupo de Soares dos Santos lucra 78 milhões. A Jerónimo Martins investiu 101 milhões de euros até Março, metade dos quais na Biedronka, na Polónia. Os donos do Pingo Doce lucraram 78 milhões nos primeiros três meses do ano (+0,4%). "Excluindo o impacto da Monterroio no primeiro trimestre de 2016, os resultados cresceram 4,6%", destaca o grupo retalhista. Do total investido, 22 milhões foram aplicados na operação de distribuição do grupo em Portugal, em que tem o Pingo Doce e o Recheio, tendo 18 milhões sido aplicados na Ara, na Colômbia. Os restantes 11 milhões de euros foram injectados em outras atividades do grupo. (...) Até Março as vendas da Jerónimo Martins subiram 9%, para 3679 milhões, com o EBITDA a melhorar 4,6%, para 192 milhões. (pág. 29)

JORNAL DE negócios

- 4. Estudo. Empresas indiferentes às novas regras de protecção de dados.** As empresas e organizações têm consciência de que vai ser preciso adaptarem-se às novas regras, mas apenas uma pequena parte meteu já mãos à obra. Balanço de uma preparação a pouco mais de um ano da entrada em vigor do novo regulamento europeu. Se, por um lado, 65% das organizações considera ter um grau de consciência médio ou alto sobre as novas obrigações e impacto do Regulamento Geral de Protecção de Dados, que entrará em vigor em Maio de 2018, 85% não começaram ainda a implementar as medidas necessárias para não entrarem em incumprimento. (pág. 22)
- 5. Sites como Airbnb proibidos de ter casas sem registo legal.** A partir de 1 de Julho as plataformas electrónicas como o Airbnb só poderão comercializar casas para turistas que estejam registadas. A nova regra está incluída num pacote de simplificação do

licenciamento turístico, aprovado pelo Governo. Ao registar uma casa para arrendamento a turistas numa das muitas plataformas electrónicas do tipo Airbnb, Booking ou Homeaway, os proprietários vão ter de preencher um campo obrigatório onde inserirão o número de registo do seu alojamento no Registo nacional do Turismo. Se o não fizerem, as plataformas não poderão aceitar comercializá-lo e, se o fizerem, ficarão sujeitas a sanções. Esta medida faz parte de um pacote de alterações aprovadas esta quinta-feira, 20 de Abril, em Conselho de Ministros e "é uma forma de garantir as regras de concorrência legal", explica Ana Mendes Godinho, secretária de Estado do turismo, em declarações ao Negócios. A governante prefere, no entanto, não colocar a tónica nas sanções que, assegura, serão aplicadas. "Serão o último meio para levar ao cumprimento, já que estamos a fazer um trabalho com as plataformas que tem sido muito positivo e que têm demonstrado uma grande disponibilidade", explica. (...) O Governo quer agilizar os licenciamentos turísticos, uma área em que os projectos chegam a esperar anos por uma decisão. (págs. 1 e 16)



6. **Empresário brasileiro compra grupo de autocarros Vimeca.** Francisco Feitosa é dono da Vega, parceira da Barraqueiro em Manaus. Agora, vai dominar empresa da zona de Lisboa. O grupo Vimeca, que todos os dias transporta passageiros de autocarro nos concelhos de Cascais, Oeiras, Sintra, Lisboa e Amadora, vai ser vendido a um empresário brasileiro, Francisco Feitosa. (...) O valor da venda da Vimeca não é conhecido, mas representa o desinvestimento do sector dos transportes por parte do grupo Imorey. (pág. 22)

OBSERVADOR ●●

7. **Tesla vai a todas: camião, pick-up e descapotável. Começam a tomar forma os planos da Tesla para o alargamento da sua gama. Em Setembro será mostrado um camião, um ano e meio depois uma pick-up.** A que se seguirá um descapotável de vocação desportiva. Se a entrada em produção do Model 3, e a sua chegada efectiva ao mercado, é o principal motivo de interesse do momento em torno da actividade da Tesla, nem por isso a marca da Palo Alto descarta o seu futuro. E já deu novas, e

A MAIOR EXPERIÊNCIA
INTERATIVA DE MEDIA
E COMUNICAÇÃO DA EUROPA

WWW.NEWSMUSEUM.PT

M
NEWS
MUSEUM
LISBOA_SINTRA

importantes indicações, relativas à expansão da sua oferta. Como sempre através do Twitter, o CEO da Tesla, Elon Musk, fez saber que o seu portefólio de modelos incluirá, também, um camião, uma pick-up e um descapotável. E até adiantou prazos indicativos para a revelação de cada um. Assim, e depois da apresentação da versão definitiva do Model 3, em Julho, o camião eléctrico será mostrado já no próximo mês de Setembro. Entre 18 e 24 meses mais tarde, a Tesla dará a conhecer a sua pick-up, também ela de propulsão exclusivamente eléctrica.

<http://observador.pt/2017/04/21/tesla-vai-a-todas-camiao-pick-up-e-descapotavel/>

8. **Juros da dívida portuguesa a subir a 2 anos e a cair a 5 e 10 anos.** Os juros da dívida portuguesa estavam esta sexta-feira a subir a dois anos e a descer a cinco e dez anos, depois de uma alteração técnica ter provocado uma subida dos juros em Março. Os juros da dívida portuguesa estavam esta sexta-feira a subir a dois anos e a descer a cinco e dez anos face a quinta-feira, depois de uma alteração técnica ter provocado uma subida dos juros em 16 de Março. Cerca das 08h40 em Lisboa, os juros da dívida portuguesa a dez anos estavam a descer para 3,742%, abaixo dos 4% pela 16.ª sessão consecutiva, contra 3,758% na quinta-feira. No prazo de cinco anos, os juros estavam a recuar, para 2,139%, contra 2,145% na quinta-feira. Em sentido contrário, a dois anos, os juros estavam a subir, para 0,373%, contra 0,366% na sessão anterior.

<http://observador.pt/2017/04/21/juros-da-divida-portuguesa-a-subir-a-2-anos-e-a-cair-a-5-e-10-anos/>



9. **Plataforma criada no Porto permite testar virtualmente qualquer produto e verificar se o seu design funciona em ambiente real, reduzindo até 70% o tempo e custo associado ao desenvolvimento.** Através da “Glexyz cloud”, tecnologia criada no Porto pela ‘startup’ (empresa emergente de base tecnológica) Glexys, é também possível alterar produtos já desenvolvidos, de forma a reduzir o seu custo de fabrico e melhorar a sua ‘performance’, disse à Lusa um dos fundadores, André Luz. “Quando desenhamos um novo produto, para sabermos se esse design irá funcionar na



Sociedade Portuguesa de Inovação

Av. Marechal Gomes da Costa, 1576, 4150 - 368 Porto
 www.spi.pt | spiporto@spi.pt
 +351 226 076 400 | +351 226 099 184

**O SEU PARCEIRO
PARA A INOVAÇÃO**

WWW.SPI.PT

PORTO • COIMBRA • LISBOA • ÉVORA • AÇORES
 SANTIAGO DE COMPOSTELA • BRUXELAS • CALIFÓRNIA • WASHINGTON D.C. • PEQUIM • MACAU • SINGAPURA

realidade, o método clássico é fabricar um protótipo físico e testar”, processo que “demora muito tempo e é caro”, visto que para qualquer alteração é necessário fabricar um novo protótipo, explicou. **Através desta plataforma online os utilizadores conseguem efectuar “mais testes do que no mundo físico”**, otimizando o design de forma a optar por materiais mais baratos ou menores espessuras, para tornar as peças mais leves, aumentando assim a sua competitividade no mercado. **A ideia para a criação desta tecnologia surgiu de uma experiência de André Luz, enquanto engenheiro de teste na empresa britânica Rolls-Royce.** “De cada vez que tínhamos que fazer uma pequena alteração de design, demorava-se meses a testá-la fisicamente”, explicou, afirmando que foi por isso que, **em conjunto com outro dos fundadores da Glexys, o engenheiro de polímeros Bruno Eisinger**, resolveu apostar no desenvolvimento de uma plataforma virtual que conseguisse rapidamente validar e otimizar as alterações de um produto.

<https://eco.pt/2017/04/21/plataforma-criada-no-porto-permite-testar-virtualmente-qualquer-produto/>



10. **Aethel Partners quer impedir a venda do Novo Banco ao fundo Lone Star.** A sociedade britânica de Ricardo Santos Silva defende que o Banco de Portugal não considerou adequadamente a oferta de 3,8 mil milhões de euros pela compra da instituição financeira. A Aethel Partners, sociedade de Ricardo Santos Silva e Aba Schubert, vai avançar com uma acção no sentido de bloquear a venda do Novo banco ao fundo norte-americano Lone Star. (...) A venda do Novo banco à Lone Star foi acordada a 31 de Março, com a assinatura de um memorando de entendimento, prevendo um investimento de mil milhões de euros e que o Fundo de Resolução mantenha uma participação de 25%. (pág. 12)

VidaEconómica

**A MAIOR EXPERIÊNCIA
INTERATIVA DE MEDIA
E COMUNICAÇÃO DA EUROPA**

**M
NEWS
MUSEUM
LISBOA_SINTRA**

WWW.NEWSMUSEUM.PT

- 11. Fábrica de Cervejas Portuense investe três milhões na Nortada. A nova Fábrica de Cervejas Portuense, instalada em plena Baixa da cidade do Porto, vai empregar 50 e 60 pessoas e produzir dois milhões de litros da marca acabada de lançar: a Nortada.** Uma cerveja em cinco variedades, batizadas com o nome de várias freguesias do Porto: a Porto Lager, a Bonfim, a Massarelos, a Miragaia e a Campanhã. Em paralelo, a empresa vai abrir ao público um restaurante e um bar, na Rua Sá da Bandeira, com o objetivo de “fomentar uma cultura de proximidade com o cliente no centro da cidade”, ao mesmo tempo que promovem “a regionalidade” da marca Nortada. Uma marca nascida no Porto e que os seus mentores consideram a “genuinamente melhor”, “feita à nossa imagem”, “com carácter” e “a um preço acessível”. Vai estar disponível ao público nos formatos de 33 e 75 centilitros e em barril, tirada à pressão. Na sessão de apresentação da marca, que teve lugar esta semana, Tiago Talone, um dos administradores, explicou que, quanto à distribuição, a empresa disporá de uma frota de carros, assim como uma equipa de “pessoas com experiência que possam acompanhar o produto ao cliente”. Além da loja física na Baixa do Porto, a marca será distribuída através do canal horeca, assim como através de um canal de vendas ‘online’. Em paralelo, “teremos uma presença forte nas redes sociais”, diz Tiago Talone, afirmando que também querem fazer “a activação da nossa marca na cidade do Porto no Norte”. (pág. 19)
- 12. Expansión. Brexit faz Zona Euro perder mais de 30 mil milhões em exportações.** A saída do Reino Unido da União Europeia vai fazer com que a Zona Euro perca 24,6 mil milhões de euros em exportações de bens e 5,5 mil milhões de serviços, entre 2017 e 2021. Os países mais afectados serão a Holanda, a Irlanda a Bélgica, a Alemanha, a França e Espanha. (pág. 2)
- 13. Europac vende operador logístico de Viana do Castelo.** O grupo Europac chegou a acordo para vender a Europac Logística, sociedade que presta serviços de transporte marítimo no porto comercial de Viana do Castelo. A Servinoga, detida pelo grupo Nogar, desembolsou cerca de 2,7 milhões de euros nesta operação. Esta alienação responde à vontade da Europac desinvestir em activos não estratégicos, enquanto o comprador aumenta a presença na área da sua especialidade. (pág. 4)

14. **ICC Lavoro lança primeiro selo alusivo à indústria do calçado profissional.** Empresa líder na produção de calçado profissional comemora 30 anos. A ICC Lavoro, “um dos mais reputados produtores europeus de calçado profissional”, com sede em Guimarães e que assinala 30 anos de actividade, promoveu na última semana uma conferência sobre a protecção do pé em contexto laboral e, em colaboração com os CTT, lançou o primeiro selo português sobre a indústria do calçado profissional. O selo reproduz um dos primeiros esboços realizados pela empresa para definir o modelo de apresentação do seu calçado. (pág. 35)
15. **Teodora Cardoso questiona política fiscal.** Teodora Cardoso, presidente do Conselho de Finanças Públicas (CFP), defende que o Programa de Estabilidade apresentado pelo Governo tem aspectos que precisam de ser desenvolvidos e que há casos em que não estão contemplados. Destacou sobretudo o caso da fiscalidade. O objectivo da redução do seu peso é razoável, mas depende do crescimento da economia e da composição desse mesmo crescimento. (...) É preciso saber se fiscalidade serve para financiar as despesas ou se tem a ver com a produtividade e eficiência. (última pág.)